

Por Bruna Chieco



Uma estrutura adequada de gestão de riscos, o uso da tecnologia para análise de investimentos e a diversificação de portfólios foram os temas que deram continuidade aos debates do Encontro Regional Centro-Norte e Nordeste nesta segunda-feira, 21 de junho. Com mais de 550 participantes, o evento faz parte da série de Encontros iniciada no dia 17 de junho, e demonstrou o forte engajamento de dirigentes e profissionais das regionais. [Saiba como foi a abertura do evento e os principais pontos abordados no primeiro painel do dia.](#)

Para falar da enorme relevância da Autorregulação, Supervisão Baseada em Risco e Ética, o painel “Como Conquistar o Desejado Olhar Diferenciado na Supervisão Baseada Em Riscos?” contou com a participação de José de Souza Mendonça, Diretor-Presidente do Sindapp, como moderador, destacando a atualidade desse tema e citando o livro Curso Básico de Previdência Complementar, escrito pelo advogado Adacir Reis e que diz que a supervisão baseada em risco busca examinar se a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) possui uma eficiente engenharia de governança para a adequada gestão de riscos.

Abordando esse tema do ponto de vista do regulador, Carlos Marne, Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc, mostrou como a Previc trabalha a supervisão baseada em riscos a partir da Resolução CGPC nº 13/2004. “A supervisão é uma consequência. Tudo começa com a entidade fazendo sua gestão baseada em riscos”, pontuou Marne.

Ele explicou que essa gestão e consequente supervisão é dosada a partir do porte, complexidade e riscos das EFPC, sendo que cada uma tem critérios e perfis diferentes. “De acordo com o tipo de entidade, cada uma será diferentemente analisada”, reiterou. Nesse sentido são analisados os riscos de acordo com as modalidades dos planos, duration, maturidade, carteira própria ou gestão terceirizada, necessidade de liquidez, entre outros pontos. “O ciclo de risco é importante. Ele deve ser identificado, avaliado, controlado e monitorado de forma contínua em todas as fases do

investimento e da maturidade do plano”, reforçou Marne.

A Previc estimula ainda que cada entidade construa sua matriz de risco, identificando os principais fatores aos quais está exposta, os classificando em baixo, médio e alto risco, e dando tratamento melhor aos de alto impacto. “A partir disso, a supervisão atua em três pilares”, disse Marne, sendo o primeiro é de avaliação econômica e atuarial; o segundo de riscos e controles; e o terceiro de governança.

Baseado nisso, há algumas entidades em supervisão permanente, entre elas as Entidades Sistemicamente Importantes (ESIs), um grupo de 17 EFPC que têm grande repercussão no sistema. Algumas também são supervisionadas pelos chefes de escritórios regionais, e demais entidades que sofrem ações físicas específicas. A Previc conta ainda com procedimentos de monitoramento, que avaliam a conformidade normativa e qualidade de dados, e a partir disso que se faz o acompanhamento de todas as entidades. “O monitoramento tem uma visão horizontal do sistema”, disse.

Assim, Marne concluiu que a gestão e supervisão baseada em risco nunca será igual para todas as entidades, devido às diferenças das estruturas e complexidades. “A Previc tem se esforçado a fazer um monitoramento tempestivo e contínuo”, reiterou, destacando que nem sempre que a autarquia pede uma informação significa que há algum problema. “Estamos valorizando cada vez mais a ética na governança, estimulando o cumprimento do dever fiduciário”, destacou.

A seleção de gerentes, reputação ilibada dos dirigentes e o trabalho dos comitês são estimulados pela Previc para que a própria entidade faça o seu controle, pontuou Marne. “Gostaria de assegurar que iniciativas de treinamento e autorregulação são bem-vindas”, destacou, citando a certificação de dirigentes como um diferencial avaliado pela Previc para atestar a habilitação dos dirigentes das EFPC.

Aprimoramento contínuo – Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini, Coordenadora da Comissão de Ética do Sindapp, pontuou que a governança corporativa é um processo de construção permanente. “Não existe uma receita de bolo para exercer ou ter uma boa governança em seu ambiente de empresa ou sociedade. É um processo em constante aperfeiçoamento e construção”, disse.

Para ela, a engenharia de governança vai se adaptando aos diferentes ambientes, já que o sistema conta com entidades de vários portes que administram diversos planos, entre mais maduros ou mais recentes, planos família e instituídos, entre outros. “Os ambientes são diferentes porque são administrados por pessoas diferentes”, reiterou Aparecida, destacando que os administradores devem sempre pautar-se por elevados padrões éticos, que estão já contemplados na CGPC nº 13, mas reiterando que nem todos os padrões éticos estão na Lei. “Você não encontra dentro de seu ambiente de empresa uma boa ética se ela não vier de um exercício pessoal de bom comportamento”, reiterou.

Ela falou ainda sobre bons padrões que podem ser encontrados na Autorregulação. “Estamos exercendo a Autorregulação como algo importante para a sobrevivência e fomento do regime fechado de previdência complementar, pois você pode se preocupar em melhorar a legislação, a sua estrutura de distribuição de poder dentro da entidade e uma série de coisas, mas se não houver uma preocupação com a ética e com o exercício dessas atribuições de forma a buscar o bem, você não vai transmitir uma boa imagem”, disse, reforçando que sem uma boa imagem, não há credibilidade. Aparecida reiterou que o esforço da Autorregulação deve ser permanente, pois os Códigos devem ser avaliados para se verificar se eles estão adequados para cada momento.

O processo decisório de uma entidade também deve ser constantemente questionado para que os gestores e administradores avaliem se estão dando bom encaminhamento às questões avaliadas, disse Aparecida. “Isso também é ser ético: ter preocupação com o exercício de seu mandato. Se você tiver bons padrões éticos e bom preparo técnico e gerencial, a cabeça vai para o travesseiro com maior tranquilidade”, complementou.

Autorregulação – Apresentando um verdadeiro case sobre a implantação de uma estrutura robusta a partir da operacionalização de boas práticas de governança, Altamir Lopes, Diretor-Presidente da Centrus, mostrou como a entidade atua com compromisso com a ética e a gestão baseada em riscos, destacando a Autorregulação a partir da adesão dos dois Códigos do Sistema da Abrapp: em Governança de Investimentos e em Governança Corporativa. “A Autorregulação contribuiu muito para o aprimoramento dos nossos processos”, disse.

Segundo Altamir, a Autorregulação fortaleceu a governança da entidade. “Permanecer trabalhando no erro é a pior coisa, e poder trabalhar nisso a partir de um olhar externo, comprometido e empenhado no sistema é fundamental”, disse, contando que a partir da Autorregulação houve um diagnóstico e discussão sobre melhorias que levou à Centrus ganhos significativos.

Ele apresentou a estrutura estatutária da entidade, destacando a atuação ativa dos dirigentes e conselheiros. A Centrus conta ainda com quatro comitês: de aplicações, de investimentos e estão, de ética, e de gestão de crises. A governança da entidade conta também com controles interno e externo, além de diversos instrumentos internos que passam por políticas, códigos e manuais que são disseminados pela entidade.

Altamir ressalta o compromisso com a ética da Centrus a partir do estabelecimento de um comitê permanente e de um canal de denúncia externo. A gestão baseada em risco da entidade estabelece ainda que seja monitorado o objetivo da entidade, os riscos e controle dos mesmos de formas que esses objetivos sejam atingidos com menor risco.

Evolução da gestão – Abordando como usar a tecnologia a favor da gestão de investimentos, a Palestra Especial “Data-Driven Management: O Seu Fundo Está Preparado para Enfrentar os Próximos 10 Anos?”, com Rodrigo Terni, Sócio-fundador e Co-CEO da Giant Steps Capital, reiterou que todo processo de investimento começa pela informação, ou seja, pela coleta de dados que são analisados a partir de uma sequência de passos até que seja executada alguma ação, sendo que tudo isso pode ser otimizado e acelerado a partir do uso da tecnologia.

Terni deu exemplos de uma sequência de passos de um processo de investimentos e como eles funcionam a partir da evolução tecnológica. “Se você como gestor tem oportunidade de usar o que há de mais avançado em termos de tecnologia, por que não fazê-lo?”, questionou, reiterando que mesmo que haja etapas comuns a todos os processos de investimento, o uso de ferramentas é o que diferencia o potencial do resultado no qual o gestor pode chegar. “Ferramentas diferentes fazem com que haja uma abrangência muito maior de estratégias”, enfatizou Terni.

Ele destacou que as estratégias simples também funcionam bem, mas diante da explosão de competição que devem vir nos próximos anos, as estratégias complexas devem ganhar mais espaço. “O gestor brasileiro não está competindo somente aqui no Brasil, e sim com gestores lá fora que contam com tecnologia em seus processos”, disse.

A grande evolução desse mercado traz uma explosão na quantidade de informações às quais os gestores têm acesso, disse Terni, o que significa que o ser humano não consegue absorver tudo que é criado e precisa da tecnologia para análises mais apuradas. “O bom gestor é o que toma decisões bem informado. Nesse sentido, é preciso ter boas tecnologias para processar todas as informações”, reiterou. “Todos os gestores vão precisar investir nas ferramentas corretas para continuar entregando bons resultados”, enfatizou.

A importância da diversificação – O mercado de previdência complementar mudou, como novos planos trazendo um público mais jovem aos planos famílias, se materializando em uma necessidade de adaptação, ou com planos atingindo uma maturidade e as baixas taxas de juros não sendo mais suficientes para garantir a rentabilidade necessária. Diante disso, novas oportunidades de investimento surgem, conforme foi abordado no painel “Gestão de Investimentos a Serviço do Compromisso Previdenciário: Oportunidades, Desafios e Riscos”.

Luiz Paulo Brasizza, Diretor-Presidente da UniAbrapp, moderou o painel e destacou que é

necessário manter a busca por rentabilidade, mas que isso deve ser feito com responsabilidade e ética.

CRIs – O painel abordou os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) como opção de diversificação. Evandro Buccini, Head de Investimentos Líquidos da Rio Bravo, apresentou a importância da multiestratégia e interdisciplinaridade nas discussões e nos processos de investimento, explicando o detalhe do processo da área de crédito colocando os CRIs como uma alternativa de investimentos dentro do segmento de investimentos imobiliários.

Na área de crédito, a Rio Bravo possui uma área dedicada à análise e gestão dos fundos, sendo que todos os créditos são analisados detalhadamente a partir de requisitos considerados mínimos para esse tipo de investimento. O processo de investimento passa pelo fluxo de negócios, análise de crédito, comitê de crédito e gestão.

Buccini destacou que o compliance é voz ativa nesses processos, e o comitê de crédito faz a votação pela aprovação do novo investimento a partir de quesitos como capacidade financeira da empresa em questão ou sua estrutura de capital. Quesitos ESG também são contemplados nessa análise.

Ele demonstrou ainda a estrutura de um CRI, que parte de um empreendedor que está dando origem a um imóvel, com uma necessidade de se alavancar. O lastro do CRI normalmente é uma debênture, e para emitir um CRI é preciso muitos prestadores de serviços, entre elas a securitizadora, que é quem efetivamente emite o CRI; o agente fiduciário que representa os investidores perante a operação; advogado; entre outros profissionais. “Todos esses prestadores de serviços são muito importantes para garantir uma operação bastante transparente aos investidores”, reiterou Buccini.

ESG – Fatores ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) como proposta de valor local e internacional também estiveram no centro do debate, com números demonstrando o crescimento relevante da indústria de fundos ESG de 2018 para 2021, saindo de US\$ 500 bilhões para US\$ 2 trilhões globalmente. “A pandemia trouxe certa conscientização”, disse Marcus Sena, Fund of Funds Portfolio Manager da Bradesco Asset Management, apresentando dados que demonstram que a indústria dobrou de tamanho no último ano.

Já no Brasil, há mais de 60 fundos ESG de 21 gestores diferentes, e 50% desses fundos foram lançados em 2020. A classe de ações é predominante entre esses fundos, e em 2020 a indústria captou R\$ 1 bilhão de reais. Neste ano, a captação já soma R\$ 660 milhões, o que mostra uma aceleração relevante. Sena reiterou que essa será uma forte vertente de crescimento em relação aos investimentos no Brasil.

Ele apresentou ainda os quatro grandes blocos de investimentos com a ótica ESG: filtro negativo, onde o gestor opta por excluir setores considerados polêmicos ou controversos; integração ESG, o mais adotado pelos gestores e que engloba uma integração completa em toda a cadeia do processo de seleção de ativos; temáticos, nos quais são selecionados nichos específicos para investir; e impacto, que é considerado mais complexo e que, além de mensurar qualidade de investimento, é preciso ter uma terceira equipe atuando na mensuração de como o investimento vai, de fato, gerar o impacto proposto.

Sena ressaltou que mais de 2 mil estudos acadêmicos mostram uma relação positiva entre ESG e performance financeira das carteiras, o que mostra, empiricamente, que esses fatores trazem rentabilidade.

Investimentos no exterior – Junto a ESG, investimentos no exterior é o tema do momento, e está ganhando grande espaço nas conversas com as fundações, disse Isabella Nunes, Diretora Executiva e responsável pela Área Comercial da J.P. Morgan Asset Management. Ela reiterou que os investidores estão buscando uma mudança no investimento, a partir de um auxílio que o J.P. Morgan.

Ela destacou entre os benefícios da diversificação internacional está reduzir a volatilidade, oferecendo uma fonte não correlacionada de retorno, sendo que ativos com baixa correlação são benéficos para o portfólio especialmente em momento de estresse do mercado. “Investimento internacional tem ganhado cada vez mais relevância na conversa e na alocação das fundações, pois vamos potencializar o resultado diminuindo riscos da carteira e trazemos exposição a regiões e setores que muitas vezes não conseguimos acessar no mercado brasileiro”, reiterou, dizendo que o mercado evolui a partir das novas ofertas de investimentos.

Uma questão abordada no painel foi a influência do câmbio nesses investimentos, e para Isabella, a proteção cambial é muito específica para cada entidade. “Na nossa visão, o câmbio ajuda na composição do portfólio como um todo, sendo individualmente um ativo volátil, mas que na composição da carteira pode reduzir o risco”, reiterou.

Portfólio de ações – Na hora de pensar em uma ação para compor o portfólio de investimentos, muitos investidores normalmente pensam em ações do mercado brasileiro. Para manter uma carteira mais diversificada, é preciso expandir também essa opção de alocação para o mercado de renda variável global. Por isso, Daniel Castro, Portfolio Manager da Santander Asset Management, apresentou a importância do processo de investimento e escolha de fatores de risco dentro do segmento de ações.

Para ele, existem diversas maneiras para se escolher uma ação para o portfólio, partindo de uma análise top down, bottom up, estilos de empresa, ESG, investimentos temáticos, etc. “Tudo isso deve ser levado em consideração na hora de compor o processo de investimentos”, disse Castro.

Com relação a investimentos temáticos, Castro enfatizou a importância de se escolher assuntos relevantes para a nova economia. “Estamos olhando para o longo prazo, e é muito importante que nosso portfólio reflita essa expectativa”, disse. Ele destacou que os fatores de impacto para os portfólios contemplam temas como demografia, tecnologia do futuro e meio ambiente. Daniel Castro demonstrou ainda como incluir uma estratégia de câmbio no portfólio, que pode funcionar como um seguro dentro de momentos de estresse local.

Luiz Brasizza complementou dizendo que as EFPC precisam sair da passividade dentro dos investimentos de renda variável. “É preciso ter gestores com uma vertente de uma gestão ativa, para ganhos acima do benchmark colocado”, pontuou, ressaltando que as entidades não podem se limitar aos investimentos locais, diversificando seus recursos em renda variável com acompanhamento forte e transparente dos gestores.

Mensagem Institucional – Em mensagem institucional, Eduardo Loverro, Gerente de Relacionamento Institucional do BNP Paribas Asset Management, destacou a atuação da gestora globalmente por meio de processos voltados a controles e riscos, destacando a política de investimentos da asset que engloba práticas ESG.

Patrocínio – Os Encontros Regionais são uma realização da Abrapp e do Sindapp com apoio institucional da UniAbrapp, ICSS e Conecta. Os encontros contam com Patrocínio Ouro da Giant Steps Capital; Patrocínio Prata do Bradesco Asset Management, JP Morgan Asset Management, Rio Bravo, e Santander Asset Management; e Patrocínio Bronze do BNP Paribas Asset Management e Captalys; além do apoio da Apoena Consultoria em Seguros e da Mapfre Investimentos.

Este ano, os encontros foram divididos em três módulos, englobando duas regionais em cada dia. No dia 25 de junho, o Encontro Sudeste e Leste encerra a série de eventos. A participação assegura 4 créditos no Programa de Educação Continuada – PEC do ICSS.

Ainda dá tempo de se inscrever por meio [deste link!](#)

Acompanhe a cobertura completa dos Encontros Regionais nas matérias publicadas no Blog Abrapp em Foco.

Fonte: Abrapp em Foco, em 21.06.2021